



50. No tocante à hipoteca, considere:

- I. Podem ser objeto de hipoteca os imóveis e seus acessórios, navios, aeronaves e a propriedade superficial, entre outros direitos e bens.
- II. É válida a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado, já que se trata de gravame sobre o bem.
- III. O dono do imóvel hipotecado pode constituir outra hipoteca sobre ele mediante novo título, em favor do mesmo ou de outro credor.

Está correto o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Direito Constitucional

51. Considere o teor da ementa de acórdão abaixo transcrita:

“Repercussão geral – Entidade beneficente de assistência social – imunidade – contribuições sociais – artigo 195, § 7º, da Constituição Federal. Admissão pelo colegiado maior. O Tribunal reconheceu a existência de repercussão geral da questão constitucional suscitada, vencido o Ministro Cezar Peluso. Não se manifestaram os Ministros Celso de Mello, Ellen Gracie e Joaquim Barbosa.”

Diante disso,

- I. a decisão foi tomada em sede de recurso extraordinário.
- II. a questão constitucional discutida no caso teve repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, decisão para a qual se exige a manifestação de dois terços dos membros do Tribunal.
- III. o mérito da questão constitucional suscitada não foi objeto da decisão, que se restringiu a analisar a admissibilidade recursal.

À luz da Constituição Federal brasileira, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

52. Possui eficácia limitada a norma constitucional que assegura direitos aos empregados domésticos, no que tange os direitos a

- (A) seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário, e licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias.
- (B) fundo de garantia do tempo de serviço e reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho.
- (C) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, e assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até cinco anos de idade, em creches e pré-escolas.
- (D) repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, e relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa.
- (E) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal e duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais.

53. O artigo 33, § 2º, da Lei nº 11.343/2006 tipifica como crime as condutas de “induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de drogas”. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente ação direta de inconstitucionalidade, tendo por objeto referido dispositivo legal, para “dele excluir qualquer significado que enseje a proibição de manifestações e debates públicos acerca da descriminalização ou legalização do uso de drogas ou de qualquer substância que leve o ser humano ao entorpecimento epiléptico, ou então, viciado, das suas faculdades psicofísicas”. Nesta hipótese, em relação ao dispositivo legal em questão, o STF procedeu à

- (A) declaração de inconstitucionalidade, com redução de texto.
- (B) declaração de constitucionalidade, com redução de texto.
- (C) interpretação conforme a Constituição, com ampliação do alcance do texto normativo.
- (D) declaração de inconstitucionalidade, com pronúncia de nulidade.
- (E) interpretação conforme a Constituição, com redução do alcance do texto normativo.

54. Diante da disciplina constitucional dos direitos e garantias fundamentais, a busca e apreensão de documentos em escritório de advocacia, sendo o advogado investigado,

- (A) independe de autorização judicial, na medida em que o local de trabalho não goza da proteção constitucional conferida ao domicílio dos indivíduos.
- (B) dependerá de determinação judicial que especifique o âmbito de abrangência da medida, a fim de que não recaia sobre a esfera de direitos de não investigados.
- (C) somente é admitida na hipótese de flagrante delito.
- (D) poderá ser executada mediante determinação judicial que determine a quebra do sigilo profissional, embora sem restrição de horário para cumprimento, por não se tratar do domicílio do investigado.
- (E) não é admitida em hipótese alguma, em virtude da extensão da inviolabilidade de domicílio ao local de trabalho do advogado, qualificado que é pela garantia constitucional do sigilo profissional.

**Direito Administrativo**

55. O Prefeito de determinado Município utilizou-se de veículo e motorista pertencentes à Prefeitura para transportá-lo até sua casa de veraneio situada no litoral do Estado de Santa Catarina. Em razão do exposto, foi condenado por ato de improbidade administrativa. Nos termos da Lei nº 8.429/92, o ato em questão

- (A) não é ímprobo, haja vista a legalidade da conduta do Prefeito, merecendo ser reformada a condenação.
- (B) caracteriza-se como ato ímprobo que importa enriquecimento ilícito.
- (C) caracteriza-se como ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.
- (D) não é ímprobo, pois o Prefeito não é agente público, isto é, não é sujeito ativo de improbidade administrativa.
- (E) caracteriza-se como ato ímprobo atentatório aos princípios da Administração Pública.

56. Bento, servidor público federal, foi convocado para o serviço militar. Em razão de tal fato, foi concedida licença de seu cargo público. Concluído o serviço militar, Bento terá alguns dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo. Nos termos da Lei nº 8.112/90, o prazo a que se refere o enunciado é, em dias, de até

- (A) 5.
- (B) 15.
- (C) 90.
- (D) 30.
- (E) 60.

57. Nos termos da Lei nº 9.784/99, o administrado que detém a condição de interessado em determinado processo administrativo tem direito a

- (A) acessar os autos apenas se houver decisão proferida, não havendo o direito de acesso em hipótese diversa.
- (B) ciência da tramitação do processo apenas, não podendo ter vista dos autos ou mesmo extrair cópias.
- (C) vista dos autos apenas, não sendo garantida a ciência da tramitação do mesmo.
- (D) vista dos autos e obtenção de cópias, não podendo, no entanto, ter acesso a eventuais decisões proferidas.
- (E) ciência da tramitação do processo, vista dos autos, obtenção de cópias de documentos nele contido e conhecimento das decisões proferidas.

58. Acerca do sistema de registro de preços, previsto na Lei nº 8.666/93, considere:

- I. O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.
- II. Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.
- III. O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas, dentre outras condições, a validade do registro não superior a cinco anos.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

Noções de Gestão Pública

59. A respeito das receitas extraorçamentárias, considere:

- I. Sua arrecadação não depende de lei específica.
- II. Somam-se às disponibilidades financeiras do Tesouro, porém têm em contrapartida um passível exigível que será resgatado quando da realização da correspondente despesa extraorçamentária.
- III. Correspondem às receitas de capital, operações de antecipação de receita orçamentária e operações de crédito.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

60. Com base no disposto na Resolução nº 70/2009, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário, os Planejamentos Estratégicos dos Tribunais deverão

- (A) estar alinhados com o Plano Estratégico Nacional.
- (B) ter abrangência mínima de 3 (três) anos.
- (C) conter pelo menos 5 (cinco) indicadores de resultado para cada objetivo estratégico.
- (D) ser revistos, obrigatoriamente, a cada 5 (cinco) anos.
- (E) ter seus objetivos globais aprovados pelo Conselho Nacional de Justiça e os indicadores e metas aprovados pelo Órgão Especial de cada Tribunal.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

- Atenção:**
- Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela banca examinadora.
 - Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação.

A ideia de literatura foi se moldando em função da história, das condições sociais, da figura do escritor e do leitor, do papel da palavra escrita e assim por diante. Transformado em produto, em simples mercadoria, o livro foi perdendo sua aura sagrada. Literatura é um fato da cultura humana, um objeto contingente, ao sabor da história e dos valores de seu tempo.

(Adaptado de: Cristóvão Tezza. **O Espírito da prosa**. Rio de Janeiro: Record, 2012. Formato: ePub.)

Com base no que está transcrito acima, redija um texto dissertativo-argumentativo a respeito do seguinte tema:

A literatura no momento histórico atual

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30